

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÃO DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 8ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.2 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.3 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.581

Declara de utilidade pública o Conselho Assistencial de Bairros de Bocaiuva – CABB –, com sede no Município de Bocaiuva.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho Assistencial de Bairros de Bocaiuva – CABB –, com sede no Município de Bocaiuva.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 6 de março de 2020.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/3/2020

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.526 a 1.529 e 1.531/2020; Requerimentos nºs 4.845 a 4.874/2020; Requerimento Ordinário nº 810/2020 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Agropecuária e de Saúde, e do deputado Leonídio Bouças – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Carlos Pimenta, André Quintão, Coronel Sandro, Doutor Jean Freire

e Virgílio Guimarães – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Pimenta – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Guilherme da Cunha – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leninha – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Professor Cleiton, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Da Sra. Aida Iris de Oliveira, diretora de Gestão Interna da Presidência da República, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 2.254/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Bilac Pinto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.509/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Rinaldo Reis Lima, corregedor nacional do Ministério Público, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.206/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Rogério Luiz Souza Prado, coordenador de Proteção e Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Mário Campos, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.414/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.526/2020

Estabelece diretrizes para política de diagnóstico e tratamento da depressão pós-parto no sistema de saúde da rede pública e privada do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta lei estabelece as diretrizes para a criação da política de diagnóstico e tratamento da depressão pós-parto no sistema de saúde da rede pública e privada do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único – Para os efeitos desta Lei, define-se depressão pós-parto como um espectro de transtornos depressivos e ansiosos que acometem a mulher nos primeiros 6 meses após o parto, e por vezes, imediatamente após o estado puerperal.

Art. 2º – São objetivos da política de que trata esta lei:

I – identificar mulheres que sejam portadoras da doença ou, as evidências de que ela possa vir a ocorrer, visando prevenir a sua manifestação;

II – promover a disseminação de informações acerca da depressão pós-parto e buscar medidas para evitar ou diminuir o agravamento da doença decorrente da falta de conhecimento;

III – relacionar, cadastrar e acompanhar mulheres diagnosticadas com depressão pós-parto;

IV – conscientizar pacientes e profissionais da saúde que atendam mulheres no período pré-natal e puerpério, quanto aos sintomas e a gravidade da doença.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2020.

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Ione Pinheiro. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.358/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.527/2020

Altera o índice do ICMS Turístico, previsto na Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita da arrecadação do ICMS que cabe aos municípios.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Anexo I da Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, nos itens que tratam dos critérios ICMS Turístico e Cota Mínima, passa a vigorar na forma do Anexo I desta lei.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2020.

Charles Santos (Republicanos)

Justificação: O turismo é um dos principais setores da economia atual e está na pauta de investimentos prioritários de todos os países do mundo. No Brasil não é diferente. Destino de milhares de turistas tanto brasileiros como também do mundo inteiro, o mercado turístico brasileiro está em expansão. Para se ter ideia, todos os anos, mais de seis milhões de turistas estrangeiros desembarcam no país em busca de suas belezas naturais, sua rica gastronomia, seus pontos mais exóticos e sua infraestrutura em franca expansão.

Minas Gerais também busca alavancar o mercado turístico, com ações estruturadoras de grande importância nos últimos anos, implementadas pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, com destaque para o Programa de Regionalização do Turismo, que criou mais de 50 circuitos turísticos em todo o Estado e para o ICMS Turismo.

Sem sombra de dúvidas, o ICMS Turismo é o projeto turístico mais ousado implantado em Minas nos últimos anos, pioneiro no país, aos moldes dos já consolidados ICMS Cultural e Ecológico, que trouxeram grandes benefícios para esses dois importantes setores da nossa sociedade, que passaram a compor com o turismo o tripé da sustentabilidade socioeconômica deste que é o Estado mais rico em diversidade cultural, ambiental e turístico do país.

Somos o único Estado que possui a política de ICMS Turismo, mas apesar do avanço que representa essa iniciativa, o índice que foi estabelecido para o turismo pela Lei do ICMS Solidário, de apenas 0,1%, é, evidentemente, muito pequeno em relação à importância que o setor tem para a economia do nosso Estado.

Esse valor de 0,1% representa uma quantia aproximada de 10 milhões de reais ao ano, a ser dividida por todos os municípios que aderirem ao programa. Atualmente, somente 334 municípios conseguem receber o ICMS Turismo no valor médio aproximado de 30 mil reais/cada, o que é muito pouco se analisarmos o custo de um único projeto de estruturação turística de qualquer cidade, como, por exemplo, um projeto de sinalização turística ou de implantação de um centro de atendimento ao turista. Esse valor ínfimo desmotiva as prefeituras de continuarem a participar desse programa, prejudicando especialmente os municípios mais pobres, contrariando totalmente os princípios e objetivos propostos pela Lei do ICMS Solidário.

Buscando corrigir essa distorção e dando ao turismo o valor que realmente ele merece na distribuição da cota do ICMS que cabe aos municípios mineiros, estamos apresentando a presente proposta de aumento do “Índice Turismo” para 1,0%, o que melhoraria sobremaneira o quantitativo em dinheiro que as prefeituras receberiam mensalmente para planejarem e investirem no desenvolvimento turístico local com ações mais objetivas, que tragam melhorias mais visíveis para o turista e, evidentemente, para os moradores das cidades beneficiadas, visto que o turismo afeta toda a economia, movimentando não só o mercado do lazer, mas os setores de alimentação, hospedagem, serviços, transporte etc, promovendo o aumento do número de postos de trabalho e, principalmente, o aumento da arrecadação municipal.

Vale lembrar que para o município fazer jus ao ICMS Turístico precisa atender todos os requisitos impostos pela referida lei e seu decreto regulamentador, em especial a obrigação de implantar a Política Municipal de Turismo, o Fundo Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo, entre outras ações estruturadoras importantes, que permitem realizar uma gestão do setor turístico do município de forma compartilhada entre a prefeitura, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, integração fundamental para a gestão eficiente do turismo municipal.

A opção sugerida por este projeto para completar o percentual desejado de 1,0% para o Índice Turismo da referida Lei do ICMS Solidário, foi de realocar os 0,9% restantes pretendidos do índice com maior pontuação entre todos os demais 16 índices da lei, que é o Cota Mínima, atualmente de 5,50%.

Portanto, por ter o índice Cota Mínima o maior percentual entre todos os outros, a retirada dessa pequena parcela de 0,9% ainda o manteria como o maior, ou seja 4,6%.

Além do mais, os municípios que cumprirem com as determinações impostas pela lei quanto ao índice ICMS Turismo não seriam prejudicados em nada; pelo contrário, pois provavelmente receberiam um valor maior do que aquele pago pela “Cota Mínima”, tendo em vista que é bem menor o número de municípios habilitados no critério Turismo, cabendo uma cota maior a cada um, ao contrário da remuneração da Cota Mínima, que é dividida igualmente entre todos os 853 municípios mineiros.

Portanto, por ser mais justa essa redistribuição proposta para o índice do ICMS Turismo, por estar a proposta em consonância com o momento atual, em que é preciso investir cada vez mais no desenvolvimento do turismo do Estado, por ela atender os princípios e objetivos da Lei do ICMS Solidário, por não ocasionar prejuízo a nenhum município e por propor mudanças na lei que

vão estimular o desenvolvimento do turismo local, contamos com a aprovação do presente projeto e com o apoio dos nossos nobres pares.

ANEXO I (a que se refere o Art. 1º da Lei nº 18.030, de 12 de Janeiro de 2009)
Critérios de distribuição
VAF (art. 1º, I) Área geográfica (art. 1º, II) População (art. 1º, III) População dos 50 municípios mais populosos (art. 1º, IV) Educação (art. 1º, V) Produção de alimentos (art. 1º, VI) Patrimônio cultural (art. 1º, VII) Meio ambiente (art. 1º, VIII) Saúde (art. 1º, IX) Receita própria (art. 1º, X) Cota mínima (art. 1º, XI) Municípios mineradores (art. 1º, XII) Recursos hídricos (art. 1º, XIII) Municípios sede de estabelecimentos penitenciários (art. 1º, XIV) Esportes (art. 1º, XV) Turismo (art. 1º, XVI) ICMS solidário (art. 1º, XVII) Mínimo “per capita” (art. 1º, XVIII) Total

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Braulio Braz. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 920/2015, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.528/2020

Fica instituído o banco de registros de milhagens, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o banco de registros de milhagens em decorrência da aquisição de passagens aéreas obtidas por servidores com recursos públicos, no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – No ato da compra deverá ser indicado em formulário qual órgão público é o ordenador da despesa.

Art. 3º – A companhia aérea fica obrigada a comunicar mensalmente, por meio de e-mail, o número de pontos do cliente de seu programa de milhagem.

Art. 4º – As passagens decorrentes do acúmulo de milhagens devem ser administradas pelo órgão que gerou o benefício, sendo utilizada para deslocamento de atletas inscritos em programas de Esporte na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2020.

Cleitinho Azevedo (Cidadania)

Justificação: A presente proposição tem a finalidade de instituir um banco de milhagens, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a ser revertido em prol dos atletas mineiros.

Tendo as passagens aéreas sido adquiridas com recursos públicos, impõe-se que as milhas (ou pontos) obtidos sejam direcionados ao desempenho das atividades, funções, programas e políticas do próprio Estado de Minas Gerais, como forma de moralização da Administração Pública e incentivo ao esporte.

Assim, a aprovação deste projeto representará uma economia significativa para a Administração, no que se refere aos incentivos dados ao desporto.

Por tais razões, conto com o apoio de meus nobres pares para aprovação deste Projeto de Lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Desenvolvimento Econômico e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.529/2020

Regulamenta o art. 15, da Constituição Estadual com relação à aquisição e aluguel de bens pela Administração Pública.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Esta Lei regulamenta o art. 15, da Constituição do Estado de Minas Gerais com relação à aquisição e aluguel de bens pela Administração Pública.

Parágrafo único – Para efeitos desta Lei aplica-se o conceito de bem adotado pelo Código Civil Brasileiro.

Art. 2º – Bens de luxo não serão objeto de aquisição ou aluguel pela administração pública direta ou indireta, entendidos desta maneira aqueles que observem quaisquer dos seguintes critérios:

I – Valor de aquisição ou aluguel superior ao valor de referência;

II – Especificações em desacordo com a fundamentação constante de edital ou contrato quanto à ausência de direcionamento a bens de luxo;

III – Características ou funcionalidades supérfluas e custosas.

Parágrafo único – A renovação de contratos de aluguel será condicionada ao estabelecimento de novo valor de referência condizente com o mercado ao tempo da renovação.

Art. 3º – Os editais e instrumentos contratuais expedidos pela administração pública direta e indireta conterão dispositivo fundamentando a ausência de direcionamento a bens de luxo em suas redações.

Art. 4º – A aquisição ou aluguel de bens de luxo é fundamento válido para denúncia ou representação ao Tribunal de Contas do Estado a ser realizada por qualquer cidadão e por agentes públicos conforme legislação específica.

Art. 5º – São solidariamente responsáveis pelos danos ao erário resultantes da aquisição ou aluguel de bens luxuosos os membros da comissão de licitações, conforme Lei Federal nº 8.429/1992.

Parágrafo único – Constatada a inadequação do valor de referência, os responsáveis pela pesquisa de preço respondem solidariamente por danos decorrentes deste fato.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor sessenta dias após sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2020.

Cleitinho Azevedo (Cidadania)

Justificação: Na mesma linha da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, apresento o Projeto de Lei Anti-Luxo, que busca impedir a compra e locação de itens de luxo pelo Estado de Minas Gerais, visando, assim, a melhor gestão da coisa pública e o respeito ao cidadão, que arca com elevada carga tributária.

Trata-se de projeto que concretiza os princípios da economicidade e da moralidade administrativa. Caso aprovado, toda licitação desatinada à aquisição ou locação de bens precisará estar abaixo de um “valor de referência”, fundado em pesquisa de mercado com os preços dos itens mencionados.

Por tais razões, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei, ainda mais relevante num contexto de crise financeira do Estado de Minas Gerais.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.531/2020

Dispõe sobre a Carteira de Identificação Estudantil do Estado de Minas Gerais – Ciemg e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criada a Carteira de Identificação Estudantil do Estado de Minas Gerais – Ciemg.

§ 1º – Para fins de gozo do direito previsto no art. 2º da Lei nº 11.052, de 24/3/1993, além dos documentos previstos no art. 4º desta lei, é válida para comprovação da condição de discente, no território do Estado de Minas Gerais, a Carteira de Identificação Estudantil do Estado de Minas Gerais – Ciemg.

§ 2º – Para fins de gozo do direito previsto no art. 1º da Lei Federal nº 12.933/13, além dos documentos previstos no § 2º do mesmo artigo, é válida para comprovação da condição de discente no território do Estado de Minas Gerais, a Carteira de Identificação Estudantil do Estado de Minas Gerais – Ciemg.

Art. 2º – A Ciemg será gratuita e poderá ser emitida pela Secretaria de Estado de Educação, adotando preferencialmente o formato digital.

§ 1º – Para fins da emissão da carteira, poderão ser realizados convênios com entidades públicas ou privadas.

§ 2º – A Secretaria de Estado de Educação poderá firmar contrato ou instrumento congêneres com instituições bancárias públicas ou privadas para emissão gratuita ao estudante da CIEMG física, observados os demais dispositivos desta lei.

§ 3º – A carteira seguirá, no que for cabível, o padrão de modelo único nacional, se existente, da carteira prevista na Lei Federal nº 12.933/13.

§ 4º – O padrão da certificação digital será definido por ato do Poder Executivo.

§ 5º – O estudante, ao solicitar a Ciemg, declarará o seu consentimento para o compartilhamento dos seus dados cadastrais e pessoais com a Secretaria de Estado de Educação, para fins de alimentação e manutenção de cadastro e para a formulação, a implementação, a execução, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas, ressalvado o anonimato dos dados quando possível.

§ 6º – O estudante com idade igual ou superior a dezoito anos e o responsável legal pelo estudante com idade inferior a dezoito anos responderão pelas informações autodeclaradas e estarão sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais previstas em lei na hipótese de fraude.

§ 7º – A Ciemg será válida enquanto o aluno permanecer matriculado em estabelecimento que forneça os níveis e as modalidades de educação e ensino previstos no Título V da Lei nº 9.394, de 1996, e perderá a validade quando o aluno se desvincular do referido estabelecimento.

§ 8º – As entidades estudantis estaduais e municipais, bem como quaisquer outras entidades de ensino e associações representativas dos estudantes, conforme definido em ato do Poder Executivo Estadual, disponibilizarão ao Poder Público os dados de que disponham acerca do nome, matrícula e registro dos estudantes.

Art. 3º – A Secretaria de Estado de Educação iniciará a emissão da Ciemg digital no prazo de 120 dias da publicação desta Lei.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2020.

Raul Belém (PSC)

Justificação: O presente projeto de Lei tem por finalidade permitir que seja emitido no Estado de Minas Gerais a Carteira de Estudante digital de modo a acompanhar o movimento digital e proporcionar ao estudante mineiro a mesma praticidade conforme já usamos CNH, CPF e Título de Eleitor, todos digitais.

A carteira de estudante digital terá validade enquanto possuir vínculo com a entidade estudantil e terá validade em todo território do Estado de Minas Gerais.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Bartô. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.506/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 4.845/2020, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com o venerável mestre Geraldo Zola Ribeiro de Melo pelos 150 anos de fundação da Loja Maçônica Fidelidade Mineira. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 4.846/2020, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapeçerica – Cisvi – pelos 25 anos de fundação dessa entidade. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 4.847/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que, na negociação relacionada à greve dos profissionais da Fhemig, seja assegurado o pagamento integral dos dias parados, inclusive da ajuda de custo definida na Resolução Conjunta Fhemig/SES/Seplag/SEF nº 9.804/2018, e para que o estudo de viabilidade de reajuste salarial seja apresentado no prazo máximo de 30 dias.

Nº 4.848/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a realização de concurso com vistas ao preenchimento de cargos vagos decorrentes de aposentadorias, de modo a recompor a perda de 30% do pessoal da instituição nas diversas especialidades, para manter o atendimento à população.

Nº 4.849/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que sejam disponibilizados recursos financeiros necessários à quitação dos valores inscritos em restos a pagar do ano de 2019, relativos aos contratos de fornecimento de material de consumo das unidades da Rede Fhemig, com vistas a evitar o seu desabastecimento e a descontinuidade dos serviços prestados à população. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 4.850/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão pelo não comparecimento e não envio de representante à 2ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 18/2/2020, que debateu em audiência pública a situação dos trabalhadores da Rede Fhemig diante do processo de reestruturação da rede, a precarização dos hospitais e o movimento de greve dos seus trabalhadores.

Nº 4.851/2020, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – e à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de providências para que seja encaminhada a esta Casa, no prazo de seis meses, proposição de lei contemplando o novo plano de carreira dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema –, observando-se as premissas e os documentos elaborados no âmbito do grupo de trabalho criado pela Resolução Conjunta Seplag/Sisema nº 9586/2016, conforme acordo firmado em 13/12/2016 com a participação dos representantes e sindicatos das categorias, da Seplag, da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, da Semad, da Feam, do IEF, do Igam, e devidamente homologado pelo Poder Judiciário em 19/12/2016, tendo em vista que as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal que condicionavam o cumprimento do

acordo firmado entre o governo do Estado e os representantes dos servidores do Sisema foram ultrapassadas, nos termos do Relatório de Gestão Fiscal, publicado em 30/1/2020.

Nº 4.852/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os motivos do fechamento da unidade de urgência e emergência do Hospital Alberto Cavalcante, localizado na região Noroeste de Belo Horizonte. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.853/2020, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a fusão do Hospital Infantil João Paulo II com o Hospital João XXIII. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.854/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de inclusão dos Municípios de Santa Vitória, Gurinhatã, Ituiutaba, Capinópolis, Canápolis, Monte Alegre de Minas, Tupaciguara, Uberlândia e Araguari no Plano Estadual Ferroviário, com o objetivo de implantação de um entreposto de cargas no Distrito de Chaveslândia, em Santa Vitória. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 4.855/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que o contorno ferroviário de Itaúna seja contemplado no Plano Estratégico Ferroviário. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 4.856/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Fundação Dom Cabral pedido de providências para que reconsidere e reveja a classificação hierárquica dos projetos ferroviários em estudo, apresentada no 1º Workshop do Plano Estratégico Ferroviário, de forma a priorizar o transporte ferroviário de passageiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 4.857/2020, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja realizado um *workshop* nesta Casa com a finalidade de elaborar o plano estadual ferroviário. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 4.858/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a continuidade da convocação dos candidatos aprovados em processos seletivos simplificados, bem como sobre os avanços da gestão dessa secretaria junto à Seplag para abertura de novos concursos públicos, ressaltando-se que esses compromissos foram apresentados à comissão durante o 2º Ciclo do Assembleia Fiscaliza. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.859/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam revistas as notas atribuídas aos policiais militares na Avaliação Anual de Desempenho Profissional – AADP – nos anos em que completariam os requisitos para alcançar a promoção, levando-se em conta relatos encaminhados à comissão de fatos relacionados a suposto método de retaliação e considerando-se que o militar não tem nenhum impedimento para a promoção e possui todos os requisitos para adquiri-la, é remanescente da turma, ou seja, está pronto para ser promovido por antiguidade, e que, apesar disso, no ano de sua promoção, contrariamente ao acontecido em anos anteriores, recebe nota abaixo de 6 na AADP, o que o impede de ser promovido.

Nº 4.860/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à assessoria do Núcleo de Correição Administrativa da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a existência de órgão correicional descentralizado, especificamente no Município de Pouso Alegre, onde servidores indicados pelo então diretor Rodney Dantas Pinto estariam trabalhando, salientando-se que, em 17/12/2019, três diretores de presídios do Sul de Minas, dentre eles o Sr. Rodney Dantas Pinto, foram afastados por ordem da Justiça, e a possibilidade de haver servidores indicados pelo referido diretor na corregedoria local tem gerado preocupação quanto à lisura e à transparência de procedimentos ali instaurados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 4.861/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral da República – PGR – pedido de providências para que instaure inquérito policial contra o senador Cid Ferreira Gomes para que seja apurado o possível cometimento de crimes pelo referido senador, em 19/2/2020, no Município de Sobral (CE), para fins de possível perda do mandato por falta de decoro parlamentar, se constatado o abuso das prerrogativas asseguradas a esse parlamentar, que, na data citada, organizou uma ofensiva contra policiais militares que reivindicavam aumento salarial, pilotando uma retroescavadeira, que seria de propriedade da Prefeitura de Sobral, da qual seu irmão, Ivo Gomes, é prefeito, na tentativa de furar o bloqueio feito pelos militares no 3º Batalhão, sediado no referido município, colocando em risco a vida de parentes, esposas e filhos postados atrás do portão que o senador tentava derrubar.

Nº 4.862/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Senado Federal, aos membros da Mesa e aos demais senadores, com exceção do senador Cid Ferreira Gomes, pedido de providências para que sejam apuradas as circunstâncias da ação praticada pelo senador Cid Ferreira Gomes em 19/2/2020, no Município de Sobral (CE), para fins de possível perda do mandato por falta de decoro parlamentar, se constatado o abuso das prerrogativas asseguradas a esse parlamentar, que, na data citada, organizou uma ofensiva contra policiais militares que reivindicavam aumento salarial, pilotando uma retroescavadeira, que seria de propriedade da Prefeitura de Sobral, da qual seu irmão, Ivo Gomes, é prefeito, na tentativa de furar o bloqueio feito pelos militares no 3º Batalhão, sediado no referido município, colocando em risco a vida de parentes, esposas e filhos postados atrás do portão que o senador tentava derrubar.

Nº 4.863/2020, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado – AGE – e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências com vistas à solicitação das certidões cinquentenárias das matrículas imobiliárias de titularidade da Aperam S.A. e seus antecessores desde os anos 1970, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itamarandiba, a fim de que seja feita avaliação da legalidade da titulação e aquisição dessas terras. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 4.864/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que seja cumprida a obrigação imposta ao Estado pela Lei nº 18.015, de 2009, de autoria deste deputado, e sejam fornecidos aos policiais penais os equipamentos básicos necessários ao exercício da função e à sua segurança.

Nº 4.865/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para determinar o imediato reforço do efetivo policial da Delegacia de Polícia Civil de Itamarandiba, que, atualmente, conta com apenas um delegado e quatro investigadores.

Nº 4.866/2020, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a reclassificação de poços artesianos de uso insignificante, de maneira a ampliar o volume de água captado de 14.000 para 30.000 litros por dia; a revisão dos valores das taxas cobradas para revalidar, autorizar e emitir novas outorgas de poços artesianos; a ampliação do prazo de validade das outorgas para 10 anos; e a simplificação do processo de outorgas de poços artesianos. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.867/2020, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA – pedido de providências para a reclassificação de poços artesianos de uso insignificante, de 14.000 litros por dia para 30.000 litros por dia; a revisão dos valores das taxas cobradas para revalidar, autorizar e emitir novas outorgas de poços artesianos; a ampliação do prazo de validade das outorgas para 10 anos; e a simplificação do processo de outorgas de poços artesianos. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 4.868/2020, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para agilizar o processo de atualização dos mapas solarimétrico e eólico do Estado. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 4.869/2020, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Arapuá pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.870/2020, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Tiros pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 4.871/2020, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de José Rivaldo de Souza, ocorrido em 1º/3/2020, em Medina. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 4.872/2020, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Tiros de Guerra de Conceição das Alagoas, Frutal, Ituiutaba e Uberaba, vinculados à 11ª Região Militar, e com os municípios que acolhem esses Tiros de Guerra pelos serviços prestados à juventude e à pátria e por permitirem aos jovens prestar o serviço militar inicial, conciliando o trabalho e o estudo, além de constituírem um polo difusor do civismo, da cidadania e do patriotismo entre os jovens de Minas Gerais. (– À Comissão de Esporte.)

Nº 4.873/2020, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com o 2º Batalhão Ferroviário em Araguari, o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá, o 4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve em Juiz de Fora, o 4º Grupo de Artilharia Antiaérea em Sete Lagoas, o 14º Grupo de Artilharia de Campanha em Pouso Alegre, o 55º Batalhão de Infantaria em Montes Claros, a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira – ANVFEB –, a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – AECB –, a Associação dos Integrantes do Batalhão Suez, a Associação dos Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro – Aoreb –, a Associação dos Reservistas do Exército Brasileiro – Areb – e a Associação dos Militares e Ex-Integrantes das Forças Armadas – Amifa-MG – Seção Minas Gerais pelo Dia do Exército Brasileiro, a ser celebrado em 19 de abril, e pelos 75 anos do Dia da Vitória na 2ª Guerra Mundial, a ser celebrado em 8 de maio. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 4.874/2020, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – e ao Ministério Infraestrutura pedido de providências para garantir a isenção do pedágio situado em Simão Pereira, na BR-040, aos cidadãos locais, tendo em vista que o município é cortado pela referida rodovia e que os moradores dependem de serviços em cidades vizinhas, tendo que passar pelo pedágio diariamente. (– À Comissão de Transporte.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 810/2020

Do deputado Sargento Rodrigues e outros, em que requerem seja apreciado pelo Plenário o parecer da Comissão de Constituição e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 783/2015.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Agropecuária e Saúde, e do deputado Leonídio Bouças.

Oradores Inscritos

– Os deputados Carlos Pimenta, André Quintão, Coronel Sandro, Doutor Jean Freire e Virgílio Guimarães proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****Abertura de Inscrições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 3.997/2017, do deputado Tadeu Martins Leite, ao Projeto de Lei nº 3.162/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 4 de março de 2020.

Antonio Carlos Arantes, 1º vice-presidente no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 4.847, 4.848 e 4.850/2020, da Comissão do Trabalho, 4.851/2020, da Comissão de Administração Pública, e 4.859, 4.861 a 4.862, 4.864 e 4.865/2020, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões

de Agropecuária – aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, em 3/3/2020, do Projeto de Lei nº 1.324/2019, do deputado Inácio Franco, e do Requerimento nº 4.643/2020, da Comissão de Direitos Humanos;

de Saúde – aprovação, na 3ª Reunião Ordinária, em 4/3/2020, dos Projetos de Lei nºs 547/2019, do deputado Leonídio Bouças, e 1.294/2019, do deputado Thiago Cota, e dos Requerimentos nºs 4.539/2019, do deputado Bruno Engler, 4.546/2019, 4.591 e 4.618/2020, da deputada Delegada Sheila, 4.555/2020, do deputado Sávio Souza Cruz, 4.581/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.644/2020, da Comissão de Direitos Humanos, e 4.751/2020, do deputado Noraldino Júnior (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 5, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 5/3/2020**Presidência do Deputado Sargento Rodrigues**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – André Quintão – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Coronel Sandro – Doutor Jean Freire – Fábio Avelar de Oliveira – Gil Pereira – Ione Pinheiro – João Magalhães – Laura Serrano – Léo Portela – Marília Campos – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14 horas e 6 minutos, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 20/2/2020

Às 10h42min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Andréia de Jesus, Leninha e Ana Paula Siqueira (substituindo a deputada Marília Campos por indicação do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Andréia de Jesus, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social (13/2/2020), e dos Srs. Ricardo Hernane Lacerda Gonçalves de Oliveira, corregedor do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Jorge Luiz de Paula, coordenador regional substituto da Fundação Nacional do Índio – Funai (6/2/2020); e Giovanne Gomes da Silva, comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais (13/2/2020). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.335/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença da deputada Beatriz Cerqueira. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.457/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Luciana Nominato Braga e demais familiares de Umbelina Lopes (*in memoriam*) pela atuação desta como defensora pública e organizadora do Nudem, atual Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência de Belo Horizonte, no ano de 2005, bem como pelo reconhecimento público pelo extraordinário trabalho que prestou, de forma inovadora, à época;

nº 6.458/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Myriam Salum pela atuação como coordenadora do Mães pela Diversidade e por seu desempenho de relevância e destaque no combate à intolerância e ao preconceito;

nº 6.521/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita ao Centro de Referência da Gestante Privada de Liberdade, no Município de Vespasiano, para verificar supostas violações de direitos humanos contra mulheres acauteladas em unidade prisional;

nº 6.522/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita ao Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, no Município de Belo Horizonte, para verificar supostas violações de direitos humanos praticados contra mulheres acauteladas em unidade prisional;

nº 6.523/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita ao Presídio Feminino José Abranches Gonçalves, no Município de Ribeirão das Neves, para verificar supostas violações de direitos humanos praticados contra mulheres acauteladas em unidade prisional;

nº 6.524/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada visita ao presídio de Vespasiano, no Município de Vespasiano, para verificar supostas violações de direitos humanos praticadas contra mulheres acauteladas em unidade prisional;

nº 6.585/2020, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja realizada audiência pública para debater as formas de enfrentamento aos ciclos de violência contra a mulher, tema da Campanha Nacional da Pastoral da Juventude, que tem como objetivo desnaturalizar o machismo e o patriarcado que sustentam a cultura da violência, para construir uma nova ordem pautada por relações justas e igualitárias;

nº 6.586/2020, das deputadas Andréia de Jesus, Leninha e Ana Paula Siqueira, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a deputada Beatriz Cerqueira por sua aguerrida atuação em defesa do funcionalismo público estadual, em especial daqueles das carreiras da educação, tanto no Sind-Ute e na CUT-MG quanto no Parlamento mineiro;

nº 6.587/2020, das deputadas Andréia de Jesus, Leninha, Ana Paula Siqueira e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja formulado voto de congratulações com Cristina Peduzzi por sua nomeação para o cargo de presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST –, primeira mulher a assumir o cargo em 72 anos de existência do tribunal, o que confirma sua trajetória de firme atuação no que toca aos direitos trabalhistas;

nº 6.588/2020, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Juthay Nogueira pela atuação nos movimentos Mães de Luta e Acolher para Mulheres no Morro das Pedras;

nº 6.589/2020, das deputadas Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Ana Paula Siqueira e Leninha, em que requerem sejam informados ao presidente desta Casa os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão da secretária de Estado de Desenvolvimento Social relativa ao ano de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado;

nº 6.590/2020, das deputadas Andréia de Jesus, Leninha, Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira, em que requerem sejam informados ao presidente desta Casa os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão do secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública relativa ao ano de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado;

nº 6.591/2020, das deputadas Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira, Beatriz Cerqueira e Leninha, em que requerem sejam informados ao presidente desta Casa os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão do chefe da Polícia Civil de Minas Gerais relativa ao ano de 2019, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2020.

Andréia de Jesus, presidenta – Leninha – Beatriz Cerqueira.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/3/2020

Às 11h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do Minas Tem História), membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Delegada Sheila e o deputado Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia),

que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.658/2020, da deputada Delegada Sheila e dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, Coronel Sandro e Bruno Engler, em que requerem seja realizada audiência pública, com a presença dos Srs. Olavo Bilac Pinto, secretário de Governo; Otto Levy Reis, secretário de Planejamento e Gestão; General Mário Lúcio de Araújo, secretário de Justiça e Segurança Pública; Cel. PM Giovanne Gomes da Silva, comandante-geral da PMMG; Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil, e Cel. BM Edgard Estevo da Silva, comandante-geral do CBMMG, para buscar esclarecimentos sobre o cumprimento do acordo firmado entre o governo do Estado, deputados federais e estaduais e as entidades de classe da segurança pública, considerando, ainda, a aprovação do Projeto de Lei nº 1.451/2020, que trata da recomposição das perdas inflacionárias das tabelas de vencimento básico das categorias que menciona. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de março de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Coronel Sandro.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola, Delegada Sheila, Leninha e Marília Campos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/3/2020, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as formas de enfrentamento aos ciclos de violência contra a mulher, tema da Campanha Nacional da Pastoral da Juventude, que tem como objetivo desnaturalizar o machismo e o patriarcado que sustentam a cultura da violência.

Sala das Comissões, 6 de março de 2020.

Andréia de Jesus, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia e da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Gustavo Mitre, Mauro Tramonte, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, e os deputados Repórter Rafael Martins, João Vítor Xavier, Guilherme da Cunha, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Minas e Energia, para a reunião a ser realizada em 9/3/2020, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições das comissões e de, em audiência pública, debater o desenvolvimento e a situação atual do turismo náutico na região do Lago de Furnas, bem como debater o baixo nível de água da represa.

Sala das Comissões, 6 de março de 2020.

Professor Irineu, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/3/2020, às 13 horas, em Montes Claros, com a finalidade de, em audiência pública, debater a violência contra a mulher e os direitos humanos na região Norte de Minas, especialmente em Buritizeiro.

Sala das Comissões, 6 de março de 2020.

Leninha, presidenta.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 596/2019****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Thiago Cota, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Grupo da Terceira Idade – AGTI –, com sede no Município de Ouro Preto, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 596/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Grupo da Terceira Idade – AGTI –, com sede no Município de Ouro Preto, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a qualidade de vida das pessoas idosas.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover atividades culturais, atividades biopsicossociais e o intercâmbio de conhecimento entre os associados e a comunidade.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela AGTI, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 596/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 20 de fevereiro de 2020.

Mário Henrique Caixa, relator.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 5/3/2020, comunicação do deputado Sávio Souza Cruz em que notifica o falecimento de Eunice Ferreira Coelho, ocorrido em 1º/3/2020, em Esmeraldas. (– Ciente. Oficie-se.)

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/3/2020**

O deputado Carlos Pimenta – Exmo. Sr. Presidente desta reunião, caro colega e amigo deputado Antonio Carlos Arantes; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; meus amigos, quero abordar, nesta tarde da Assembleia Legislativa, dois assuntos extremamente importantes.

O primeiro assunto trata do péssimo serviço prestado por algumas operadoras de telefone celular, não só no nosso estado, mas também, de maneira muito especial, muito preocupante, na região do Norte de Minas, em Montes Claros. Hoje, falar pelo telefone celular na cidade de Montes Claros é ganhar na loteria. Não há uma ligação que você faz para conversar com qualquer pessoa, seja da cidade ou de outra cidade, por qualquer empresa, seja a Vivo, seja a Claro, seja a Tim, seja a Oi, por qualquer uma delas, em que você consegue falar sem ligar pelo menos três, quatro vezes. Você pega o telefone, liga e, quando você começa a conversar, a ligação cai. Depois, você liga de novo: “A ligação caiu”. E continua a conversa. Lá na frente, a ligação cai de novo, e você liga pela terceira vez. Às vezes, até quatro vezes, minha amiga Leninha, você precisa ligar para tentar conversar com a pessoa. Já havia abordado esse assunto, fui até procurado por um representante da empresa Vivo, que falou: “Olha, deputado, o problema não é nosso, não. O problema é a falta de torres, dentro do Município de Montes Claros. Para você ampliar o serviço de comunicação por telefone celular, tem que ter uma torre; daí mais alguns quilômetros, outra torre; outros quilômetros, outra torre. Então, você tem que construir torres.

Se a questão é ampliar o número de torres para poder fazer uma ligação segura, uma ligação que não encha tanto o saco das pessoas, como está acontecendo, que não cause tanto dissabor ao contribuinte que paga uma ligação, paga duas, paga três, paga quatro, se problema é construção de torres, o problema é da empresa, o problema não é nosso, o problema não é do contribuinte, o problema é da empresa. A empresa tem que construir mais torres.

E, depois, o rapaz, o representante da Vivo falou: “Mas nós temos um problema também. A legislação é muito restritiva. Você não pode sair construindo torres. O município tem que legislar sobre a construção dessas torres de telefonia celular”. Eu conversava com alguns vereadores, como o vereador Rodrigo Cadeirante, a vereadora Graça e outros vereadores de Montes Claros, que falaram: “Não. A nossa legislação não tem nada a ver. É uma regra comercial, é uma relação comercial entre a empresa e os proprietários de terreno”. A verdade é a seguinte: estão inventando, apresentando desculpas, estão falando que o problema é da construção, mas a empresa tem que apresentar um plano de governo, um plano de trabalho, um plano para poder atender a população.

O telefone celular hoje é extremamente importante na nossa vida, é essencial. Quando você sai de casa sem o telefone celular, parece que você deixou alguma coisa para trás, parte de você para trás, pois você precisa fazer uma ligação toda hora. Você precisa entrar na internet, você precisa se comunicar com as pessoas. E, no momento em que a gente está prestes a viver o telefone 5G; em Montes Claros, nós estamos vivendo ainda o telefone 3G, devido à péssima assistência prestada, ao péssimo trabalho prestado para a população. E quando você sai de Montes Claros e tenta ir para uma outra cidade, aí que a raiva aumenta. Sair do limite do Município de Montes Claros, você fica incomunicável, você não consegue falar com ninguém. Você chega a uma cidade, também o

telefone é de péssima qualidade e você também não consegue colocar em dia a sua vida, as suas ligações, os seus contatos, as suas mensagens, via internet. Então, você fica praticamente incomunicável. E quando você chega nos distritos, a raiva aumenta.

Na época do governo Antonio Anastasia, sem dúvida alguma, ele fez um excelente governo em Minas Gerais. Ele trouxe tantos benefícios para o nosso estado, como a pavimentação asfáltica. Isso foi no governo Aécio e no governo Anastasia, pavimentando todas as vias de acesso, com exceção dos acessos de rodovia federal. Na época, o presidente era o Lula e depois veio a Dilma, que não contribuiu em nada, não ajudou em nada para poder participar desse asfaltamento das vias de acesso.

O então governador Anastasia lançou o programa Minas Comunica, implantando o telefone celular nos distritos, nos principais povoados e dando sequência a esse programa. Depois vem o enfusado do governador Fernando Pimentel, que suspendeu totalmente esse programa aqui Minas Gerais. No Norte de Minas, dessa metade de Minas para cima, nós temos a raiva causada pelo telefone celular nas nossas cidades, na cidade de Montes Claros, a raiva causada pelas cidades que também têm um péssimo serviço de telefonia celular e a raiva causada nos distritos, onde, aí sim, você não se comunica com ninguém. Não há nada. Não há telefone fixo mais, não há telefone celular.

Nós estamos tentando agora mudar o nome do Minas Comunica - não sei para qual nome. “Ah, será lançado agora.” O governo Zema, no começo do seu governo, lançou uma lista de distritos que poderiam ser beneficiados com a telefonia celular, depois sumiu com essa lista. Ninguém fala mais nada, ninguém do governo chega para dar qualquer tipo de informação, e estamos vivendo o apagão, Doutor Jean, no Norte de Minas, no Jequitinhonha, que V. Exa. representa tão bem. Estamos vivendo o apagão da comunicação. É triste. Eu me sinto péssimo em dizer tudo isso, porque uma cidade como Montes Claros, uma cidade moderna, uma cidade que hoje tem cinco grandes universidades, uma cidade que recebe hoje pessoas de todo o Norte de Minas, do Sul da Bahia, para o comércio - comércio atacadista desenvolvido - e para a saúde... Temos a santa casa, temos o Hospital Aroldo Tourinho, moderno também, que está crescendo; temos hoje uma educação primorosa na cidade de Montes Claros; e você tem hoje um telefone que praticamente só traz ocupação no nosso bolso, nas bolsas das mulheres, porque é um telefone que não resolve quase nada.

Em se comparando com Belo Horizonte, com outros grandes centros, estamos muitos anos atrás em desenvolvimento. E nós não podemos aceitar isso. Eu já pedi uma audiência na Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, e essa audiência não sai. Eu já pedi aos companheiros, já fui lá, já fiz um apelo para a gente chamar esses prestadores de serviço e jogar na cara deles o que está acontecendo, e não ficar recebendo desculpas evasivas, de que a culpa é disso ou daquilo, e eles sem assumir.

Isso é serviço público, isso é concessão pública de que o governo do Estado abre mão para dar para a Vivo, para a Tim, para a Oi, para a Claro. Eu fico indignado, minha cara Leninha, quando vejo essas empresas fazerem propaganda na televisão. “Ah, 4.5G. Em breve, o telefone 5G que fará isso, baixará *download* em tempo recorde. Você poderá fazer isso ou aquilo.” E lá, na nossa querida Montes Claros, estamos vivendo ainda a época do 3G, para não falar 2G – nem sei se existe 2G -, mas ninguém fala, ninguém consegue falar no infusado do telefone no Norte de Minas.

Eu vou insistir, mais uma vez, para que possamos realizar esse debate, para que a gente possa realizar essa audiência pública aqui, na Casa, e chamar esses prestadores de serviço que têm concessão do Estado para operar a telefonia no nosso estado, na nossa região para dar uma explicação convincente. O que estamos sentindo é raiva, o que estamos sentindo é vontade de pegar o telefone e jogá-lo fora, mas vamos insistir ainda para que possamos ter uma explicação desses todo-poderosos da Vivo, da Tim, da Claro, da Oi.

Outro assunto, rapidamente, é sobre a segurança de Montes Claros. Quero aqui cumprimentar as lojas maçônicas de Montes Claros, quero cumprimentar as pessoas de Montes Claros que prepararam um projeto chamado Portais de Segurança. Eu já fiz questão de divulgar esse projeto, encaminhei ao gabinete dos senhores deputados da região: da companheira Leninha – que está aí presente –, do deputado Arlen Santiago, do deputado Gil Pereira, do deputado Tadeu Martins Leite, do deputado Virgílio Guimarães, para que possamos tentar viabilizar esse projeto que prevê um sistema de segurança nas principais entradas e saídas de Montes Claros. Trata-se

de um monitoramento 24 horas por dia, uma parceria do Município de Montes Claros – da Guarda Municipal de Montes Claros tão bem dirigida pelo secretário Dr. Anderson Chaves – com a Polícia Militar.

Vamos fazer um *Big Brother* do bem lá no Município de Montes Claros. Nós vamos saber quem está entrando, qual carro está saindo, nós vamos ter informações para que a gente possa bloquear a saída dos bandidos, daquelas pessoas que assaltam, das pessoas que são procuradas, dos suspeitos. É um projeto muito bom, muito bem-feito, muito bem executado pelas lideranças de Montes Claros em parceria com a Polícia Militar, com a Guarda Municipal, com os clubes de serviço, com a maçonaria, para a gente executar esse projeto. Um projeto que custa R\$1.990.000,00.

E, procurando alternativas para o funcionamento desse projeto, nós encontramos um termo de ajuste de conduta do Ministério Público com o governo do Estado para passar recursos do Dpvat. Nesse projeto do Ministério Público de Minas – quero cumprimentar o Ministério Público por esse fato –, eles garantiram a aplicação de R\$87.000.000,00 aqui, em nosso estado, para ser aplicado na saúde, na educação e na segurança pública.

Nós estamos apresentando um ofício ao governador Romeu Zema, assinado pelos deputados da bancada do Norte, para que a gente possa garantir. Talvez seja o primeiro projeto que vá chegar ao governador Zema propondo uma utilização racional dos recursos do Dpvat, que foi definida pelo Ministério Público com o governo – o governo vai ser o gestor desse projeto –, para poder ser aplicado em saúde, em educação e em segurança.

E aqui está um projeto, aqui está uma proposta viável, aqui está uma proposta bem elaborada que saiu da base, que saiu da sociedade organizada, que saiu da maçonaria, que tem um trabalho fantástico na área de segurança, na área de proposta de segurança para Montes Claros. Vamos pedir uma audiência com o Sr. governador para ele receber todos os deputados da nossa região. Vamos colocar nas mãos dele uma proposta concreta, uma proposta bem elaborada, que vai ser um programa-piloto para a maioria dos municípios que sofrem com a violência, como Montes Claros está sofrendo.

Então, presidente, eu quero terminar, neste momento, deixando claro que Montes Claros sai à frente com esse projeto. E, se Deus quiser, se o governador não quiser abraçar esse projeto nas emendas do ano que vem, estaremos destinando parte desses recursos, junto com os deputados federais, para Montes Claros ter o seu *Big Brother* do bem e podermos fiscalizar a nossa cidade e punir os malfeitores. Muito obrigado.

O deputado André Quintão* – Presidente, deputadas, deputados, eu, com mais de meio século de vida, achei que já tinha visto praticamente tudo na vida - coisas agradáveis, coisas desagradáveis, coisas inusitadas, momentos de alegria, momentos de decepção, grandes fatos políticos, grandes equívocos políticos -, mas confesso que o que vi hoje, partindo do presidente da República, Jair Bolsonaro, me deixou estupefato.

O presidente tem, por hábito, no seu cotidiano de trabalho, chegar ao palácio e fazer aquilo que os jornalistas chamam de quebra-queixo. É aquela rápida entrevista, que não chega a ser uma entrevista coletiva, mas é um contato direto com os profissionais de imprensa que ali se alojam esperando a chegada do presidente da República para o trabalho.

Hoje o presidente chegou, e eu fiquei imaginando: ele vai ter que responder porque o produto interno bruto do seu primeiro ano de governo é o pibinho de 1,1%, ou seja, o pibinho do Paulo Guedes, que alardeou, na época da eleição, que retomariam o crescimento, que as reformas iam impulsionar o País. Hoje todos esperavam que o presidente fosse falar do pibinho do Paulo Guedes, por que, no primeiro mandato do presidente Lula, a média do PIB foi de 3,55% - do governo da esquerda do PT; e o segundo governo da esquerda do PT teve um PIB médio de 4,65%. Mesmo com toda a crise internacional, o PIB da presidenta Dilma, na média do seu mandato completo, foi de 2,35%. Essa era uma pergunta que os brasileiros esperavam dos jornalistas e também a resposta do presidente.

Mas eu imaginei: “Não, talvez o presidente vá abordar também a pandemia em vista do coronavírus”. Imaginei! Ontem vários presidentes vieram se manifestar sobre o impacto do coronavírus na economia, na saúde. Imaginei por outro lado, mais no

campo político, que o presidente tinha falado do impasse político com o Congresso, dos vetos, qual seria o impacto desse impasse na aprovação das reformas, que, do ponto de vista do governo Bolsonaro, são importantes, como a reforma tributária, administrativa, várias PECs que estão em tramitação; ou mesmo que o presidente, ao chegar, fosse se solidarizar com as famílias que perderam entes queridos no temporal da Baixada Santista, no Rio de Janeiro, nos desmoronamentos.

Então, o presidente da República teria muitos assuntos para falar ou ao mesmo opinar sobre o parecer da comissão especial, que votou que o 13º salário do Bolsa Família agora será permanente e também estendido aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; ou mesmo que o presidente fosse dar alguma explicação sobre por que, deputada Leninha e deputado Jean, que trabalham em regiões tão carentes, 1 milhão de famílias não estão incluídas no programa Bolsa Família e estão na fila. O programa Bolsa Família é universal. Se tem direito, entra. Sempre foi assim nos governos da esquerda, do Lula e da Dilma. Agora não. Agora pobre fica na fila para entrar no programa. Inclusive, estou aprovando, na Comissão de Trabalho, uma audiência pública para discutir o impacto dessa fila em Minas Gerais. Do ponto de vista de estimativa proporcional, intuo que por volta de cento e cinquenta mil famílias estejam na fila em Minas Gerais. Infelizmente parece que o governo de Minas não cobra essa agilidade do governo Bolsonaro, prejudicando as famílias mineiras.

Então, assunto é o que não faltava para o presidente da República. Ele é o presidente, goste mais, goste menos. No meu caso e no caso do PT, nós sabemos o que levou o presidente Bolsonaro a obter uma vitória - sem o concorrente que foi retirado no tapetão da disputa ou na questão das *fake news*. Mas olhem bem: ele é o presidente e, então, ele fala pelo País. Ele ganhou a eleição ainda que com métodos questionáveis. Mas o que faz o presidente Bolsonaro, deputada Leninha? O presidente Bolsonaro chega, no seu comboio, com um humorista, um humorista vestido de presidente Bolsonaro. Uma coisa armada. Aí, na hora da entrevista em que os jornalistas vão perguntar, o presidente não responde e deixa o humorista responder. Eu nunca vi isso na minha vida. É de envergonhar o País. Agora, o pior, nessa armação, é que o humorista não respondia aos jornalistas. O humorista pegou um cacho de banana e começou a distribuir banana para os jornalistas.

Essa é a visão de democracia que o presidente tem. Essa é a postura que o presidente tem em relação aos órgãos de comunicação, em relação aos profissionais da comunicação. O presidente ali quebra o que a gente chama de liturgia do cargo. Ele é presidente do Brasil. São 200 milhões de habitantes, uma economia importante no mundo.

Aí vai haver alguns analistas políticos que vão dizer: “Não, o presidente faz isso, cria esse fato político para desviar a atenção dos temas relevantes”. Se ele chegasse sem esse humorista, que me parece é conhecido como Carioca, o pessoal ia discutir o pibinho do Paulo Guedes de 1,1%. Então ele chega com o humorista, e as pessoas ficam discutindo a banana para os jornalistas e o humorista Carioca.

Nós aqui, nesta tribuna, estamos discutindo tudo. Estamos discutindo a fila do bolsa-família. Estamos discutindo o pibinho de 1,1%. Estamos discutindo a solidariedade do governo federal às vítimas dos temporais, o coronavírus. Estamos discutindo o respeito que os profissionais e os meios de comunicação merecem. Isso envergonha o Brasil. Respeito e valorizo muito o humorista que retrata e faz crítica política. Ele é humorista. Agora o presidente que carrega o humorista a tiracolo para desacatar e desrespeitar a imprensa e fugir dos grandes assuntos é inaceitável. É inaceitável! Não poderia deixar de subir a esta tribuna, como brasileiro, como eleitor, como deputado. Não podemos aceitar isso. Nós não podemos aceitar isso.

Outra coisa grave também. Sobre essa, o presidente tem de dar explicações. O seu ex-ministro Bebianno foi peça-chave na coordenação da campanha. Ele foi no *Roda Viva* nesta semana. É um programa de entrevista política com vários jornalistas. Entre outras coisas... Não vou nem falar, porque não é do meu perfil ficar entrando no campo pessoal de avaliação de personalidade de filho, de pessoas próximas. Isso rebaixa a política. Não acredito que tenha sido a parte mais relevante da entrevista do Bebianno. O Bebianno disse que um dos motivos da sua saída e de um outro general, parece-me Santos Cruz, foi porque o filho do presidente estava recrutando delegados da Polícia Federal para instalar uma Abin paralela, Agência Brasileira de Inteligência. Ou seja, um

serviço de espionagens de jornalistas e adversários políticos organizado pelo filho do presidente. De duas uma: ou o presidente e o seu filho vêem e processam o ex-ministro Bebianno, ou então providências terão de ser tomadas.

Eu me lembrei aqui de que, por coincidência, reví, no Carnaval, o filme *Todos os Homens do Presidente*, sobre o episódio Watergate, reportagem investigativa de dois jornalistas do *The Washington Post*. E o Nixon, presidente dos Estados Unidos, que o nosso presidente - aliás, nosso não, o presidente do Brasil -, Jair Bolsonaro, tanto admira, lá caiu por uma espionagem clandestina. Então, eu espero também que o presidente venha a público responder a essa denúncia muito grave para a democracia. Um presidente, com seu filho, criando um sistema de espionagem clandestina paralelo para intimidar adversários políticos e jornalistas?

Então, os fatos estão se sucedendo. Um dia é *live*, é rede social, é WhatsApp para estimular manifestações contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal; hoje, é chegar lá coladinho. Eu tenho certeza de que eles vão falar: “Não, o programa de TV estava sendo feito lá na hora, foi coincidência”. Igual ao presidente ter falado que aquele WhatsApp era de 2015, sendo que a cena da facada aparece nele. Então, agora, vão falar: “Não, foi coincidência, chegar junto, o presidente não responder, e o humorista distribuir banana”.

Então, considero mais do que esse fato... Esse fato cabe às entidades da imprensa. Os próprios jornalistas – muitos, não é? – viraram as costas. Tenho certeza de que as entidades de classe vão se manifestar. Mas, para não cair nesse diversionismo que, muitas vezes, é intencional do presidente, eu queria aqui reiterar que é necessária a explicação sobre o porquê do pibinho de 1,1%; é necessário explicar por que 1 milhão de famílias estão na fila do programa Bolsa Família; é necessário explicar se existe ou se não existe a intenção de se implementar uma Abin paralela no governo. Não é o PT, não é a esquerda quem está falando, é o Sr. ex-ministro Bebianno, do núcleo dirigente da campanha do presidente Bolsonaro, braço direito do presidente, quem falou que o filho do presidente estava montando uma Abin paralela.

É muito grave. Eu não vou entrar aqui no mérito se o Bebianno está certo ou está errado, mas, se ele faz uma denúncia dessas, ou o presidente ou seu filho processam o Bebianno por calúnia, ou então tem que ser investigado esse fato gravíssimo. Nós estamos ou não estamos em uma democracia? Essa é uma pergunta que nós temos que nos fazer todos os dias, porque os fatos estão se sucedendo, e quem cala consente. E começa assim. Nós estamos chegando a 31 de março, 1º de abril de triste lembrança da ditadura, da morte, do exílio, da tortura, e nós não queremos ditadura nunca mais!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Coronel Sandro* – Sr. Presidente, Srs. deputados e Sra. deputada presentes aqui no Plenário, eu não ia fazer uso da palavra hoje, não, mas, quando eu vejo que alguém vem aqui à tribuna para mais uma vez repetir o que se faz no Brasil – e a esquerda sempre faz: agredir e atacar o presidente -, eu me sinto no dever de vir aqui defendê-lo. Quando eu vejo alguém do Partido dos Trabalhadores que vem aqui, eu penso assim: bom, ele vai falar do ex-ministro Palocci, do governo do PT, que fez uma delação premiada e disse que o Lula tem R\$300.000.000,00, que foram destinados via Odebrecht; R\$300.000.000,00 para o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o maior ladrão que este Brasil já viu em todos os tempos, superando, inclusive, os portugueses à época em que éramos colônia. Mas não. Ele fala do ex-ministro Bebianno, que faz acusações, nenhuma de corrupção, deputado. Muito bem. Aí ele vem e fala do filho do presidente Bolsonaro que queria criar uma Abin paralela, serviço de investigação de jornalista, coisa assim, um absurdo sem pé nem cabeça, quando pensei que ele falaria da Stasi, da KGB, que eram as polícias secretas dos seus ídolos comunistas da União Soviética, da Alemanha Oriental, responsáveis por genocídios na história mundial sem precedentes, mas não, ele vem falar do filho do presidente. Pensei até depois: ele vai falar do filho do presidente Lula, aquele mesmo que vivia catando cocô de elefante lá no zoológico, ganhando um salário mínimo e, de repente, aparece como milionário, recebendo investimentos de empresas de telefonia sem nunca ter atuado nessa área. Mas não, ele não fala sobre isso.

Aí, de repente, ele começa a falar sobre o PIB do Brasil em 2019 de 1,1%. Com tudo que aconteceu na economia mundial, com todas as dificuldades impostas pelo Congresso brasileiro na aprovação de reformas, com toda a oposição da esquerda e a

sabotagem da imprensa, ainda assim teve um PIB positivo. Eu pensei que ele falaria do PIB negativo do governo Dilma, que registrou em vários anos percentuais de não crescimento, aliás PIB negativo. Ele não falou.

Aí, ele se atém ao procedimento de todas as manhãs do presidente, coisa que nenhum presidente na história do Brasil faz, de dar uma atenção especial à imprensa, de, ao sair pela manhã, atender aos jornalistas lá, no chamado quebra-queixo. Ali ele discute, rebate, ataca, se defende, mas a imprensa só publica que ele ataca, que é mal-educado e que não respeita a imprensa. Muito pelo contrário, o governo dele – e não o governo do PT – porque o programa do governo do PT todos sabemos é – como é que fala, deputado? - de controle social da mídia. O que é controle social da mídia, deputado? É censura.

O nosso governo não admite isso. Jornalista tem de ter liberdade total, mas vai receber crítica também. Neste Brasil, todo mundo, no passado, tinha medo rebater o jornalista. “Ah, não! Ele vai publicar na imprensa. Vai falar uma coisa negativa de mim.” Estou me lixando para o que jornalista vai escrever sobre mim, desde que seja a verdade, porque, quando é mentira, rebato aqui, como já fiz, e assim é o presidente. Jornalista tem de aprender que ele tem de aprender a amar a profissão dele e escrever a verdade. Está a serviço da verdade; não está a serviço da militância política de esquerda como a grande maioria dos jornalistas fazem no Brasil.

Mas, aí, o deputado vem aqui atacar o presidente e não relatou aqui nem um caso novo de corrupção na República em 2019, o ano que passou, deputado. E o senhor quer que eu relate o do governo do PT aqui? Precisa repetir? Só vou citar dois então: o mensalão, liderado pelo Sr. José Dirceu, a inteligência, o arquiteto de toda aquela coalização que elegeu o PT para roubar as estatais brasileiras; e o escândalo da Petrobras. O senhor sabia que a Petrobras deu lucro em 2019, deputado? Não dava não! Mas como dar lucro, presidente? Aquele monte de comensais, ladrões, deputados, empresários e toda sorte de esquerdistas loteavam as estatais e os ministérios. Aí vem aqui o deputado do PT criticar o presidente que não faz loteamento. Não! Estão lá quadros técnicos. Em relação a alguns até nem concordo, mas são quadros técnicos. Então, como não existe mais esse loteamento de cargos públicos, a Petrobras pertence ao partido X, o BNDS, ao partido Y, o Ministério dos Transportes, a outro partido, para fazer a roubalheira geral, que eu não preciso repetir aqui, que é de bilhões, todo mundo sabe disso – há condenação, há processo, há denúncia. A imprensa está farta de noticiar isso aí. Mas, aí, é aquele negócio: o sujeito tem Alzheimer, ele não se lembra, ele quer dizer que está todo mundo errado, que Luiz Inácio Lula da Silva, ladrão, vou repetir, de novo, ladrão, ladrão, condenado em diversas instâncias por mais de 15 juizes, com sentenças revisadas – talvez tenha sido o brasileiro que mais tenha tido recursos apreciados pela Justiça – é condenado, ladrão, vou repetir, de novo.

Você pode vir aqui e falar assim: “O meu presidente é uma pessoa simples”. É, é verdade, inclusive, na campanha, quando perguntavam a ele sobre a economia, ele só falava: “Eu não entendo de economia, eu vou colocar quem entende”. É isso que o Brasil quer, porque antes colocavam-se lá doutores presidentes em economia que não sabiam (- Palavra expungida por determinação do presidente.) nenhuma também, não, mas era Fernando Henrique, era Dilma, era Sarney que falava alguma coisa decorada sobre a economia, e a imprensa: “Oh, o presidente sabe”. Esses economistas afundaram o Brasil, arrebentaram o Brasil, e hoje nós passamos um ano, pelo menos que eu saiba... Porque, se tivesse acontecido... A imprensa só está aguardando. Eu não vi, pelo menos do presidente e dos seus ministros, nenhuma denúncia de corrupção.

O que acontecia nos governos do PT? O camarada já entrava lá processado por corrupção. E agora vêm me falar que o Brasil está passando por um momento de retrocesso democrático. Olhem, pelo amor de Deus! O que é a democracia onde só um pensamento, só um tipo de ideia prevalece? Isso não é democracia. Isso, na verdade, é ditadura, é uma ditadura ideológica, e era o que tinha. Graças a Deus, nós acordamos. Hoje nós temos gente para fazer contraponto em todas as assembleias, no Congresso Nacional, exatamente para desmistificar isso, porque a esquerda, Sr. Presidente, se julga a detentora exclusiva da virtude. Só a esquerda sabe o que é bom para o Brasil. Só a esquerda tem projetos e propostas que podem mudar a vida das pessoas. E como mudou no Brasil, viu... Foram 16 anos de rapinagem nos cofres públicos. Eu acho que, se o porquinho que o meu menino tinha estivesse lá, eles tinham roubado também, porque essa turma não refresca, não. Eles roubam com força, não deixam nada para ninguém.

Então, é essa turma que defendeu esse governo que está vindo aqui agora falar do presidente Bolsonaro, um homem que é atacado todo dia. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos divulgou uma cartilha de como proceder em relação aos jornalistas. Agora não se pode é confundir. O jornalista acha que ele é um deus, o dono da verdade. Ele não é, ele tem que respeitar a notícia e a pessoa que está envolvida na notícia. E a imprensa brasileira da grande mídia, principalmente, não faz isso, ela distorce, ela omite, ela supervaloriza fatos negativos em detrimento de fatos positivos em relação ao governo do presidente Bolsonaro, e fazem isso na maior cara de pau, de cara lavada, e querem dizer que estão fazendo um jornalismo independente. Não é, gente, não existe mais trouxa aqui, no Brasil, que tem medo do que vocês escrevem, não. Não existe. Sabe o que seria mais bonito? Como acontece lá, nos Estados Unidos, Sr. Presidente. Lá quem vai ouvir a CNN, que é um órgão de mídia respeitado, sabe que a CNN tem um viés de esquerda. Quem vai lá ouvir notícia na CNN sabe que vai ouvir nesse diapasão. Quem faz a opção de ouvir a Fox sabe que o viés é de direita. E lá os órgãos de imprensa não se intimidam e não têm medo de dizer: “Olhem, realmente nós somos de direita, nós apoiamos o governo Trump, nós somos republicanos ou nós somos CNN, nós apoiamos o partido Democrata”. A nossa notícia tem viés de esquerda. Sabem por quê? Isso é mais honesto com o leitor, com o telespectador, com aquele que consome a notícia. Agora, no Brasil, é uma vergonha a imprensa brasileira, porque dão a notícia parcial com todo um viés de esquerda no caso e querem fazer com que a gente acredite que é uma imparcialidade. Olhe, isso é no mínimo duvidar da nossa inteligência, achar que nós somos néscios, neófitos, que não sabemos o que estamos lendo. Não! Entendam! O Brasil mudou, meus caros jornalistas e jornalistas. Então mudem também.

Sr. Presidente, na última fala do deputado que me antecedeu, ele referiu-se ao mais próspero período de crescimento do Brasil, que foi quando começou, com o contragolpe de 1964, em que tínhamos um presidente alinhado com a esquerda mundial – principalmente o partido comunista chinês –, que estava em viagem à China, quando o Congresso Nacional, em abril de 1964, deputado... Talvez o senhor não saiba que quem declarou vaga a Presidência da República foi o Congresso Nacional, não foram os militares. O presidente, naquele momento em que era declarada a vacância da Presidência da República, estava fugindo com o rabo entre as pernas, junto com Leonel Brizola, para outro país. Falam até que o Brizola saiu vestido de mulher. Essa informação eu não sei se é verdade, não. Só estou mencionando alguns comentários da época.

Mais de um milhão de pessoas, no mês de março, deputado, foram às ruas dizer: “Olhem, não queremos comunismo aqui, não. Aqui nós estamos com a família, com Deus e com a propriedade”. Então foi a sociedade civil que pediu para se tirar o comunista. E nessa hora todos os segmentos organizados - podem pegar toda a história registrada na mídia naquele momento - foram favoráveis a que aquele presidente comunista não continuasse presidente do Brasil. Então foi declarada vaga a presidência, e, no dia 8 de abril, salvo engano, foi eleito o Mar. Humberto de Alencar Castelo Branco, inclusive com voto de Ulisses Guimarães, se não me engano, para ser o presidente do Brasil.

Então esse período áureo, sobre o qual nós vamos falar aqui durante este mês de março todo, viu, Sr. Presidente... Vamos falar dos fatos relevantes que livraram o Brasil da maior desgraça que pode cair sobre uma nação, que livraram o Brasil da peste vermelha, de que, infelizmente, outros países não conseguiram se livrar. Viva o contragolpe de 1964! Os nossos militares são nossos heróis. Parabéns àqueles que não deixaram que o Brasil se tornasse comunista naquele período. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, deputados aqui presentes e deputada Leninha.

Eu não iria falar sobre esse assunto, inclusive o deputado que me antecedeu não está presente para me ouvir; eu ia tratar de outro assunto. Fiquei atentamente aqui para ouvi-lo. Ia falar sobre outro assunto, mas... É bom quando os deputados que nos antecedem aqui na tribuna falam como V. Exa., deputado Carlos Pimenta, defendendo a sua região, trazendo propostas. É isso que o povo quer ouvir de nós. Como o deputado André Quintão, que entende tão bem e subiu aqui para falar do desgoverno Bolsonaro, mostrando dados. Um deputado atuante. Com muita tranquilidade, ele sobe aqui sempre para fazer suas falas.

Eu não posso falar o mesmo do que acaba de me anteceder. Mas eu subi aqui também para falar de outro assunto, que trata do Vale do Jequitinhonha. Mas, parafraseando o modo dele de discursar, eu quero iniciar a minha fala, tomar um pouco do meu tempo, para tratar desse assunto que ele tocou aqui.

Ele iniciou assim: eu pensei que o deputado que me antecedeu, porque nós estamos entrando no mês em que vai haver várias ações em defesa das mulheres, iria falar disso; mas não, ele fala sobre o agressor, que agride as mulheres a cada dia. Eu pensava que o deputado que me antecedeu iria defender os meios de comunicação, as jornalistas, os jornalistas, principalmente as mulheres; mas não, ele fala sobre o agressor do dia a dia, que faz questão de agredir os meios de comunicação, principalmente quando é mulher. Eu pensei que ele iria falar do tempo em que este país realmente mudou; mas não, ele vem aqui falar do tempo em que o País está mudando para os mais ricos. E ele questionou aqui a mudança que houve nos nossos 12, 13, 14 anos de governo, da esquerda, do Partido dos Trabalhadores.

Saia deste ambiente, deputado, vá lá visitar as comunidades mais pobres, e veja o que mudou na vida dos mais pobres. Veja onde foram construídos institutos federais neste país, neste Estado de Minas Gerais; veja como foi o crescimento; veja, deputado, como cresceram as nossas universidades, inclusive no Vale do Jequitinhonha, no Mucuri. Vá lá e você vai entender efetivamente o que mudou.

Ele falou aqui do homem que é atacado todo dia. Ora, há quanto tempo nós vivemos nesta Casa, como parlamentares, e no País ouvindo o homem que mais mudou a vida dos mais pobres, este, sim, ser atacado a cada dia. Mas, como esse outro homem, que ele diz, não tem a capacidade... Inclusive diz que é um homem simples, que, quando perguntam sobre economia, ele não entende. Ele não entende nada de gestão, de educação, de saúde, de gestão pública. Ele não entendia na época da campanha e continua não entendendo. Continua do mesmo jeito. E vem dizer que colocou um que entende. Ou economia é fazer para quem mais precisa? Ou economia é fazer para os mais ricos?

Eu pensei que o deputado que me antecedeu ia falar do golpe que nós vivenciamos neste país, poucos anos atrás, em relação à nossa presidenta Dilma; mas não, ele vangloriou o golpe militar, chamando de contragolpe.

Então eu não quero perder o meu tempo mais – eu ainda tenho 10 minutos de fala – e não vou perder o meu tempo mais falando sobre essa fala infeliz que me antecedeu. Então agora, deputados, se me permitem, mais uma vez cumprimento os meios de comunicação, todos os jornalistas desta Casa, que eu respeito muito, Sr. Presidente, caros colegas deputados.

Agora, como fez o deputado Carlos Pimenta, trazendo assunto de relevância da sua região, quero, querido amigo Tramonte, falar, mais uma vez, sobre a região que eu represento: o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri. Já é marca minha, toda vez que subo a esta tribuna, falar esses dois nomes, e não seria hoje que eu gastaria o meu tempo com outras questões.

Quero relatar aqui, como venho fazendo, sobre o desmazelo com as nossas estradas. Há poucos dias, eu falava, deputada Leninha, da estrada que liga Pavão e Águas Formosas à BR-116, do descaso, que não é de hoje, diga-se de passagem. Faço questão de falar isso, para não dizerem que estou fazendo discurso ideológico, que é o governo A, o governo B, o governo C. O senhor me conhece, Sr. Presidente, e sabe – eu o elogio sempre –, apesar de sermos de partidos diferentes, muitas pautas nos une. Uma questão que acho que une é essa sinceridade do que a gente fala.

Quero pautar aqui sobre a estrada, a BR-367, no Vale do Jequitinhonha, do descaso histórico com essa estrada, histórico com essa estrada. Nós, a cada dia, estamos ficando mais cansados. Por isso, e repito, deputada Leninha, fiz uma opção pessoal: enquanto for parlamentar, não mudo de lado, continuo fazendo a minha via-sacra, a minha trajetória de sair daqui, todo final de semana, viajar 750km e, lá, viajo muitos outros quilômetros para visitar as comunidades quilombolas, as comunidades tradicionais, como fiz esta semana; os municípios, como fiz esta semana. Essa semana, visitei Divisópolis; visitei a Comunidade do Caju, em Jequitinhonha; visitei a Comunidade Quilombola Córrego do Narciso, na cidade de Araçuaí; visitei Itaobim e dialoguei, conversei, com as pessoas.

Ora, com respeito a cada colega deputado, a maioria, senão todos os colegas deputados, uns moram aqui; outros saem daqui e andam de carro até as suas bases, mas duvido que tenha um que ande 750km para chegar as suas bases. Outros vão de avião, porque, graças a Deus, têm esse transporte para irem até lá. Eu não vou de avião. Eu não ando 200km, 300km, 400km. Para chegar a minha casa, ando 750km. Vi deputado subir aqui, esta semana, para falar das estradas de outras regiões que eles representam, e está correto, tem que dialogar sobre isso. Agora duvido se existe uma estrada em piores condições, em mais desmazelo, em mais descaso do que as estradas dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Essa semana, eu me emocionei vindo do Vale do Jequitinhonha, debaixo de chuva. Passamos a maior parte do ano sem chuva, convivendo com a seca e a poeira e, quando vem chuva, com buracos, com estradas ruins. Essa semana, em uma comunidade rural, o meu carro – conduzido por mim – caiu em um buraco e atolou, e eu mesmo fui lá, com ajuda do assessor, para retirar o carro.

Em outro local, vindo para Belo Horizonte, para o meu trabalho, onde também faço questão de aparecer, de estar aqui, porque aqui é também o nosso local de trabalho... Tenho certeza absoluta de que sou um dos que mais comparece aqui, na Assembleia Legislativa, e não fujo de estar também, nos finais de semana, nas bases, trabalhando... Olha, deputado Tramonte, eu, de tanto fazer isso toda semana – viemos fazendo vídeos –, agora vai fazer um mês mais ou menos que fomos ao DER debater, dialogar e pedir providências para isso. As crateras, a gente tem que escolher o buraco em que vai cair, em qual buraco prefiro que o meu carro caia. Em alguns momentos, o assessor conduzindo; em outros, eu conduzindo.

Passei por um problema há poucos dias, ainda estou em fase de tratamento de três hérnias de disco, mas estou conseguindo andar. Não estou usando mais a muleta, estou conseguindo perambular.

Agora, imaginem o que é encontrar um senhor, como encontrei na segunda-feira, agora, no final da tarde, debaixo de chuva, de 80 anos de idade, que faz hemodiálise três vezes por semana. Isso numa estrada em que se deveriam gastar 2 horas até onde se faz hemodiálise, em Diamantina, mas são 4 horas de viagem. São 4 horas de viagem para um paciente que já sai de casa debilitado, passa por uma máquina de hemodiálise que, como médico eu sei, o deixa debilitado e volta para casa gastando mais 4 horas. Que vida um senhor desse tem?

Eu parei o meu carro próximo à Couto Magalhães. Nesse momento, havia só o meu carro. Eu parei, saí debaixo de chuva e comecei a fazer um vídeo, xingando sozinho de raiva. Só estávamos eu e meu assessor. Falei palavras que, em outros momentos, eu não diria sobre a situação daquela estrada. Aí vem lá de Diamantina um ônibus transportando pacientes. Vem atrás outro ônibus transportando pacientes e outro ônibus transportando pacientes. As prefeituras não aguentam. É veículo para lá e para cá, e em péssimas condições as nossas estradas.

Há poucos dias, a deputada Leninha comentou que passou por essa estrada também e disse como ela estava. O deputado Carlos Pimenta comentou um tempo atrás que passou nessa estrada e também falou como estava ela. Pois bem, meus amigos, esta semana inclusive eu falei, gravei um vídeo e convidei... Isso não é desafio a um colega ou outro. Não é isso. Isso é para somar força. Eu não quero saber de que sigla partidária é o colega deputado. Eu não quero saber. Incomoda as estradas do Jequitinhonha e do Mucuri estarem nessas condições? Se o incomoda as estradas estarem fazendo os pacientes passaram por dificuldades para conseguir fazer o seu tratamento, nós temos algo em comum. Não é possível a situação e o desmazelo com a BR-367. Não é possível! Eu desafio, no Estado de Minas Gerais, nós procuramos uma BR que esteja nessa condição.

Deputados e deputadas, aqui se trata de início, meio e fim. Vamos pensar que o início delas seja no Alto Jequitinhonha. Ali próximo eu estou retratando essa buraqueira, em que temos que escolher onde o carro vai cair. Vamos dizer que fosse no meio. Vamos pegar Chapada do Norte, uma cidade com 92% da população negra, e vamos até Berilo. A maior concentração de quilombos de Minas Gerais é nessa região, onde há estradas de terra na BR-367. Vamos pegar lá embaixo, depois de Almenara, Jacinto até Salto da Divisa: terra. Essa estrada que liga o Alto Jequitinhonha ao Baixo Jequitinhonha, que liga a cidade histórica, patrimônio da humanidade, Diamantina a Porto Seguro, onde dizem que o País foi descoberto; que liga a represa de Irapé, a maior represa em alteamento da

América Latina à represa de Itapevi; que liga a BR-116 à BR-101... São duas que ligam Norte e Sul deste país. Ou seja, vamos voltar deputados. E eu quero convidar para virem aqui, por meio da TV Assembleia, os cinco deputados estaduais mais bem votados no Jequitinhonha e os cinco deputados federais mais bem votados no Jequitinhonha. Vamos dialogar essa causa.

Eu solicitei uma audiência pública para um diálogo sobre essa estrada e eu espero que os cinco deputados estaduais e federais mais bem votados possam comprar essa causa. Porque aí nós seremos uma bancada que vai lutar por uma região. Eu costumo dizer: “Eu sou, sim, com muito orgulho, o deputado mais bem votado da região, mas eu não sou o único votado na região”. E as nossas emendas, quase na totalidade, estão todas lá nessa região.

O nosso muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Virgílio Guimarães* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas aqui presentes, assumo esta tribuna para registrar aqui, na minha condição inclusive de membro da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia da Casa, a felicidade que tivemos com o Carnaval de Belo Horizonte. Belo Horizonte, que é uma cidade que vem despontando com esse foco de turismo saudável e alegre, que é o nosso Carnaval, corria o risco de ter um Carnaval absolutamente prejudicado pelas questões das enchentes, prejudicado talvez por questões de segurança. E ao que assistimos foi um sucesso absoluto de público e sobretudo um sucesso absoluto no seu desenrolar. O Carnaval de Belo Horizonte mostrou que a nossa capital era uma cidade sofrida, mas uma cidade não destruída, mostrou que era uma cidade que foi bem cuidada e que sofreu pelas intempéries de uma maneira grave, intensa, talvez, das maneiras mais agressivas que já tivemos. Mas Belo Horizonte resistiu. Algumas pessoas duvidavam que isso viesse a acontecer, mas o Carnaval mostrou uma cidade recuperada. E assim eu quero deixar os meus cumprimentos aqui à Administração Municipal de Belo Horizonte, à secretária Maria Caldas, ao prefeito Kalil, ao seu secretariado, a todos aqueles que ajudaram na manutenção, à Secretaria de Obras e todos mais.

Mas eu não poderia deixar de registrar também aquilo que ocorreu com os nossos foliões, com os nossos blocos, com os dirigentes de blocos, que tão bem se organizaram – e isso foi fundamental. Nós tivemos uma população educada em Belo Horizonte, um turismo absolutamente saudável, alegre, solto, mas sobretudo um turismo que soube respeitar uns aos outros e juntos respeitar a cidade. É fundamental que isso seja dito para que nas futuras festas de nossa cidade, nos eventos turísticos aqui, possamos atrair as pessoas e que os visitantes possam se sentir bem numa cidade que foi agredida, foi sofrida, mas não destruída.

Portanto quero aqui registrar também a organização do nosso Carnaval, que soube ser espontâneo, mas, ao mesmo tempo, organizado, sem perder a alegria. Cada dirigente de bloco, cada organizador de bloco – foram 450 blocos – mostrou responsabilidade para com a cidade, mas sobretudo para com as pessoas.

Eu não poderia deixar de registrar aqui também, de uma maneira que muitos talvez duvidassem – pela situação conturbada que se encontra não só Minas, mas também o País –, as nossas forças de segurança, que tiveram um desempenho exemplar: o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil, a Polícia Militar. Nós tivemos um Carnaval praticamente sem incidentes. É claro que, para isso, colaboraram também os blocos. Mas elas souberam, de uma maneira muito tranquila, orientar aquilo que é um pavor. Eu, que já fiz quantas e quantas carreatas, sei o risco que representam os trios elétricos, os carros de som. Eles representam acidentes, mas tudo isso foi contornado com a maior tranquilidade aqui, em nossa capital. As interdições que tinham que ser feitas naqueles veículos irregulares foram mantidas de uma maneira responsável. Não adianta dizer que um bloco ou outro correu o risco de ficar sem o seu som, sem a sua alegria. Tudo se arranjou. Tudo se arranjou de uma maneira segura. Nós não tivemos acidentes, tão comuns nesse tipo de acontecimento, devido a esse tipo de equipamento.

Portanto, deixo aqui também meus cumprimentos à Polícia Civil, à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros, à polícia da nossa capital, à Guarda Municipal de Belo Horizonte e às demais forças de segurança. Recebam da minha parte também o reconhecimento e os meus cumprimentos pela maneira tranquila e, sobretudo, eficiente de atuação.

Ao cumprimentá-las, não poderia deixar de registrar aqui a preocupação com uma questão tormentosa da economia mineira em crise e dos reajustes que foram concedidos em lei, inclusive, aqui, na Assembleia. Aproveito para deixar aqui a sugestão para o próprio governo do Estado e ao governador, que fizeram os acordos com a segurança de conceder, desde já, imediatamente, um abono, um adiantamento para as forças de segurança para demonstrar que não há nenhuma armação contra elas. Deixo isso aqui sublinhado. Creio que o adiantamento da metade daquilo que foi dado – 13% - possa ser dado agora, a partir do dia 1º. Poder ser dado sem lei, pode ser dado por um decreto, por uma antecipação, esses 6,5%, que seriam descontados depois quando viesse o aumento, seja de uma maneira ou de outra, para não ficar pendente com a decisão de um único ministro, de uma decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo.

Falo isso muito à vontade, Sr. Presidente, porque alertei muitas vezes aqui, desta tribuna. Alertei também na nossa Comissão de Finanças e Tributação sobre o risco de que esse reajuste não ocorresse. Está na própria lei. Falei isso diversas vezes, chamei atenção para isso, que estava consignado ali, inicialmente no art. 6º do projeto de lei enviado pelo governo; no art. 24 da lei aprovada aqui, na Assembleia, com os adendos, com as emendas que recebeu. Está dito ali com clareza: as concessões não terão validade, não serão aplicadas, se excederem os limites prudenciais previstos na Constituição, previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Alertei que a maneira de fazer o cálculo pode ser variada.

Minas Gerais teve numa compreensão adequada do nosso Tribunal de Justiça, numa decisão sábia do nosso Tribunal de Contas do Estado a respeito de como fazer a apropriação das contas no orçamento relativamente à apropriação dos gastos com os inativos. É uma decisão sábia, mas que tem suas consequências. E, portanto, são consequências que podem deixar de ocorrer, caso se verifiquem as circunstâncias de uma situação prudencial prevista na legislação complementar de nosso país. Portanto, aquilo que já foi dado desde agora, independentemente de dizer que foi armação ou não, que se dê agora, a partir de agora. Creio que seria justo, não alcançaria os inativos, não. Porque um abono apenas é um reforço que se dá às forças que estão na ativa e que depois serão estendidos a todo o funcionalismo - ativos e inativos. Mas eu creio que seria muito adequado e para a tranquilidade de todos que fizesse essa concessão a partir de agora, retroativamente ao dia 1º deste mês de março.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui os meus cumprimentos ao Carnaval, aos carnavalescos, aos blocos. Uma proclamação de que nossa cidade mereceu o título de cidade criativa em gastronomia, mas criativa em toda a questão turística. Criativa em bem-estar, criativa em acolhimento, em hospitalidade, em segurança, em tranquilidade. Compare o que acontece aqui com o que está acontecendo em outras capitais, em outros lugares, mesmo fora dos festejos, fora das aglomerações. Não tivemos aqui contágios, não tivemos aqui nenhum aspecto de tumultuar seja por qual razão for, seja pelo receio, pelo medo da insegurança, seja por insegurança relativa às pessoas, ao seu patrimônio ou qualquer outro meio.

Portanto fica aqui a minha saudação à administração municipal de Belo Horizonte. Quando declarei aqui que Belo Horizonte é uma cidade sofrida, mas não destruída, muitos estranharam, muitos contestaram. No Carnaval, foram 5 milhões, presidente, de participantes-bloco e não 5 milhões de pessoas em Belo Horizonte, mas a quantidade de pessoas por bloco, de membros-bloco, pessoas-bloco. Foram 5 milhões de pessoas-bloco. Nós tivemos aqui uma multidão tranquila, alegre, uma cidade acolhedora, segura, no sentido de saúde, no sentido do seu trânsito, do seu transporte e da sua segurança física e pessoal.

Portanto quero aqui deixar esse registro e, ao mesmo tempo, uma sugestão. Nada melhor do que os cumprimentos e o reconhecimento, o reconhecimento prático. O governo do Estado poderia começar recolhendo um adiantamento, um abono de adiantamento àquilo que foi prometido e que, com certeza, será dado ou agora, de imediato, ou depois, se assim entender o Supremo Tribunal Federal. Mas que isso parta de lá e não de alguma manobra feita aqui, em Minas Gerais. Minas é o Estado da segurança e da liberdade, mas também é o Estado da verdade e do compromisso. E é esse o compromisso que cobro e ofereço desta tribuna.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/3/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Claudiney Palmacio Butti, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Epaminondas Barbosa de Aguiar, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite;

exonerando Jimmy Diogo Silva Murça, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando, a partir de 9/3/2020, Maria de Fátima Rajão Costa e Coelho, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

exonerando Raimundo Nonato da Silva, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar de Oliveira;

exonerando Valdineia Gonçalves Pinto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar de Oliveira;

nomeando Izabel Cristina Teodoro, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Nathalia Luiza Fonseca Martins, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Nayara Marta Coelho de Sousa, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

nomeando Taís Teonília Ferreira, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Beatriz Cerqueira;

nomeando Valdete Rodrigues de Oliveira, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 9/2020

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 35/2020

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 20/3/2020, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de módulos de baterias EBM.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 6 de março de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 11/2020****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 36/2020**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que o edital do pregão eletrônico em epígrafe sofreu retificação em seu subitem 1.2.2, mantida a sessão pública para o dia 19/3/2020, às 10 horas.

Belo Horizonte, 6 de março de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 1/2020**Número no Siad: 9223988-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A&D Motoboys Ltda. Objeto: contratação de empresa prestadora de serviço de motofrete, com fornecimento de motocicleta, combustível e todos os equipamentos necessários à prestação do serviço. Objeto do aditamento: primeira prorrogação. Vigência: de 2/4/2020 a 1º/4/2021. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.